

JUSTIÇA**Gabinete da Ministra****Aviso n.º 2048/2019****Abertura das candidaturas a juiz português no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**

1 — No exercício da competência política a que se reporta o ponto 2 do meu Despacho n.º 11884/2018, de 28 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 238, de 11 de dezembro de 2018, determino a abertura, pelo período de 60 dias, das candidaturas a juiz português no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, devendo os candidatos observar os seguintes requisitos:

1.1 — De harmonia com o estatuído no n.º 1 do artigo 21.º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, os candidatos devem gozar da mais elevada consideração moral e reunir as condições requeridas para o exercício de altas funções judiciais ou ser jurisconsulto de reconhecida competência.

1.2 — Os candidatos devem, como requisito indispensável, dominar uma das línguas oficiais do Conselho da Europa (francês ou inglês) e possuir, pelo menos, uma compreensão passiva da outra língua que possibilite a intervenção e o pleno desempenho da sua função nos trabalhos do Tribunal.

1.3 — Os candidatos devem possuir bons conhecimentos dos sistemas legais nacionais bem como de direito internacional e adequada experiência jurídica prática.

1.4 — Os candidatos devem ter idade que lhes permita exercer, antes de atingirem os 70 anos, funções durante, pelo menos, metade do mandato de nove anos.

2 — A Comissão Independente a que se refere o meu Despacho supra identificado decidirá, com base nos elementos curriculares, procedendo, sempre que considere adequado ou necessário, à audição dos candidatos.

3 — A Comissão Independente, no decurso da audição referida no número anterior, poderá proceder à avaliação do requisito enunciado no ponto 1.2.

4 — Publique-se no *Diário da República*.

18 de janeiro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

311995026

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais**Aviso n.º 2049/2019****Recrutamento por mobilidade de 1 Técnico Superior para o Gabinete Jurídico e Contencioso**

1 — A Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais informa que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento para recrutamento de um trabalhador na carreira/categoria de técnico superior — Direito, em regime de mobilidade, nos termos do disposto nos artigos 92.º a 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

2 — Local de trabalho: Gabinete Jurídico e de Contencioso da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, sito na Travessa do Cruz do Torel, n.º 1, em Lisboa.

3 — Tipo de Oferta — Mobilidade na categoria ou intercarreiras.

4 — Carreira/categoria — Técnico Superior.

5 — Número de postos de trabalho — 1.

6 — Habilitações Literárias — titulares de Licenciatura em Direito, preferencialmente com conhecimento e prática de contencioso administrativo, não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

7 — Remuneração base — Será tido em consideração o disposto no artigo 18.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2019, bem como o artigo 153.º da Lei n.º 35/2014, de 20.06, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP).

8 — Caracterização do posto de trabalho — Assegurar o apoio técnico jurídico necessário à prossecução das atribuições da DGRSP e assegurar a sua representação junto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, conforme disposto no ponto 7.1 do Despacho n.º 9954/2013, de 30 de julho.

9 — Requisitos — Ser titular de vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido.

10 — Formalização da candidatura: As candidaturas são obrigatoriamente formalizadas, até ao termo do prazo, através do preenchimento do formulário de candidatura, disponível na página eletrónica em <https://dgrsp.justica.gov.pt/Instrumentos-de-gestao/Recursos-humano/Mobilidade>, podendo ser remetidas via correio eletrónico para dsrh@dgrsp.mj.pt ou para Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais — Avenida da Liberdade n.º 9, 2.º Dto — 1250-139 Lisboa, identificando imperiosamente o procedimento a que se destina (Procedimento — Mobilidade GJC).

11 — Documentos — O requerimento deverá ser acompanhado de *Curriculum Vitae* devidamente atualizado, datado e assinado e fotocópia do documento comprovativo das habilitações literárias.

12 — Seleção dos candidatos — Os candidatos serão selecionados através de análise curricular, e eventualmente por entrevista;

13 — O presente aviso encontra-se disponível para consulta na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt).

17 de janeiro de 2019. — O Subdiretor-Geral, *João Paulo Carvalho*.
311997238

EDUCAÇÃO**Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares****Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado, Santarém****Aviso n.º 2050/2019**

Em cumprimento do estabelecido no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterado e republicado pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, após homologação, do meu despacho de 30 de novembro de 2018, a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a tempo parcial, conforme Aviso n.º 15838/2018, de 5 de novembro, foi afixada na escola sede e disponibilizada na página eletrónica do Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado.

4 de dezembro de 2018. — O Diretor, *Manuel António Pereira Lourenço*.
311984359

Agrupamento de Escolas Eugénio de Castro, Coimbra**Aviso n.º 2051/2019****Procedimento concursal para a categoria de Assistente Operacional na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para um posto de trabalho no âmbito do PREVPAP.**

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que foi homologada por meu despacho de 18 de janeiro de 2019, a Lista Unitária de Ordenação Final do Procedimento Concursal no âmbito do PREVPAP com vista ao preenchimento de 1 posto de trabalho na categoria e carreira de assistente operacional aberto através da BEP — OE201812/0875, de 12 de dezembro. A lista unitária de ordenação final poderá ser consultada em local visível e público nas instalações do Agrupamento de Escolas Eugénio de Castro.

18 de janeiro de 2019. — O Diretor do Agrupamento de Escolas Eugénio de Castro, *António Manuel Moita de Almeida Couceiro*.
311997181

Agrupamento de Escolas da Nazaré**Aviso (extrato) n.º 2052/2019****Nomeação para o Quadro de Agrupamento — Pessoal Docente**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se pública a lista nominativa do pessoal docente nomeado para o Quadro de Agrupamento do Agrupamento de Escolas da